



**Recredenciada: Portaria MEC nº
344, de 5 de abril de 2012.**

Rua Floresta s/n, Loteamento
das Mangueiras, Planaltino.
CEP.: 44.695-000

JENIFFER LIMA SOARES

FIAMA RIOS DA SILVA

**O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NA CRECHE MUNICIPAL
DE QUIXABEIRA**

JENIFFER LIMA SOARES
FIAMA RIOS DA SILVA

**O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NA CRECHE MUNICIPAL
DE QUIXABEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Faculdade de Capim Grosso - FCG, como
requisito obrigatório para aprovação na
Disciplina de TCC II.

Orientador: Professor Mestre Éden de
Castro

RESUMO

Este trabalho de conclusão, tem por objetivo proporcionar ao leitor uma reflexão sobre a relação entre o cuidar e o educar no espaço da Educação Infantil. Apresenta um histórico do surgimento da creche e do atendimento educacional à criança, dando ênfase as mudanças ocorridas ao longo do tempo, em relação à educação da criança. Analisar como o professor da Educação Infantil compreende o seu papel mediante a perspectiva do educar e cuidar; caracterizar as práticas pedagógicas dos professores no contexto da Educação Infantil. A metodologia traçada para atingir os objetivos da pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo descritivo. Tendo como procedimento a coleta de dados, sendo utilizado um questionário composto de perguntas. Os sujeitos da pesquisa são educadores da Educação Infantil que atuam com crianças de 0 a 03 anos de idade. A fundamentação teórica foi embasada com principais suportes teóricos: RCNEI (1998), LDB (1996), PNE (2001), Micarello (2005), Aquino e Vasconcellos (2011), Alves (2011), Pereira (2012), Pimenta (2000), Kramer (2005), Silva (2011), Toscano (2011), Paschoal e Machado (2009), entre outros. Baseado nos resultados desta pesquisa, pudemos ter uma compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano educacional pelas profissionais da educação infantil perante a criança pequena em um determinado contexto. E, finalmente, neste contexto, compreendemos o papel do professor de Educação Infantil mediante o binômio educar e cuidar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Papel do Professor; Educar e Cuidar; Cuidar

ABSTRACT

This conclusion work aims to provide the reader with a reflection on the relationship between caring and educating in the space of Early Childhood Education. It presents a history of the rise of the day care center and educational assistance to the child, emphasizing the changes that have occurred over time, in relation to the child's education. Analyze how the teacher of early childhood education understands his role through the perspective of educating and caring. Also, it was intended to characterize the pedagogical practices of teachers in the context of Early Childhood Education. The methodology designed to achieve the research objectives was of a qualitative nature, of a descriptive type. Having the procedure of data collection, using a questionnaire composed of questions. The research subjects were early childhood educators who work with children from 0 to 03 years old. The theoretical basis was based on the main theoretical supports: RCNEI (1998), LDB (1996), PNE (2001), Micarello (2005), Aquino and Vasconcellos (2011), Alves (2011), Pereira (2012), Pimenta (2000), Kramer (2005), Silva (2011), Toscano (2011), Paschoal and Machado (2009), among others. Based on the results of this research, we were able to have an understanding of the pedagogical practices developed in the educational routine by the professionals of early childhood education before the young child in given context. And finally, in this context, the role of the Early Childhood Education teacher was understood through the binomial educate and care.

Keywords: Early Childhood Education; Teacher role; Educate and Care; Care.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 BREVE HISTÓRICO DA CRECHE E DO ATENDIMENTO A CRIANÇA NO BRASIL	7
3 CUIDAR E EDUCAR DESAFIOS NO COTIDIANO DA CRECHE	12
4 O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS CRECHES	17
5 METODOLOGIA.....	21
5 ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) é definida como sendo a primeira etapa da Educação Básica, no que diz respeito ao desenvolvimento integral da criança pequena, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Dentro desse contexto e sabendo que esta é uma base fundamental do processo ensino aprendizagem da criança, esse trabalho de pesquisa tem como foco a Educação Infantil em relação ao Educar e ao Cuidar. O tema escolhido vem reafirmar a importância do desenvolvimento integral da criança no período da Educação Infantil, e, conseqüentemente, a necessidade de que as dimensões do cuidar e educar não sejam trabalhadas de forma dissociada.

Tem como objetivo, proporcionar uma reflexão junto ao leitor sobre os desafios de se trabalhar as dimensões do cuidar e do educar, de maneira conjunta na Educação Infantil. Buscando responder à indagações como: em que consiste as ações do cuidar e educar na creche? Qual o papel do professor da Educação Infantil mediante ao binômio educar e cuida? Como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas das profissionais da Educação Infantil?

Com tudo, existem vários trabalhos acadêmicos em torno desta linha de estudo; a própria legislação brasileira teve avanços significativos ao lançar seu olhar para a educação de qualidade desde o seu nascimento, entretanto, poucos são os relatos que tem como propósito verificar como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas das professoras no contexto educacional das creches na Educação Infantil.

Partindo dessas questões e com o intuito de conhecer, valorizando as peculiaridades, dificuldades e a realidade do contexto educacional da Educação Infantil, que surgiram os motivos pelos quais nos levaram a pesquisar e analisar o papel do professor da Educação Infantil, assim como as práticas pedagógicas desenvolvidas em torno do binômio educar e cuidar.

Diante do estudo e através do respaldo teórico e da revisão bibliográfica, apresentaremos um breve histórico da creche e do atendimento à criança pequena no Brasil, bem como o objetivo desta nos dias atuais. A seguir, apresentaremos algumas

concepções referentes à dimensão do cuidar e do educar e os desafios que estão postos ao professor.

2 BREVE HISTÓRICO DA CRECHE E DO ATENDIMENTO A CRIANÇA NO BRASIL

O atendimento à infância passou por diferentes fases e realidades ao longo dos anos. Foi necessário um longo caminho para que as crianças tivessem seus direitos garantidos por Lei, tal como se tem hoje. Até o século XVII, as necessidades das crianças não eram uma preocupação por parte da sociedade e de familiares, isto porque o sentimento de infância não existia. Esse “distanciamento” resultava em abandonos, óbitos infantis, bem como deplorável condição de vida e consequentemente de saúde. Como afirma Ahmad (2009, sem página),

Por volta do século XVI, não existia a particularidade da consciência sobre o universo infantil. A concepção de infância, até então, baseava-se no abandono, pobreza, favor e caridade. Desta forma era oferecido atendimento precário as crianças; havia ainda grande número de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral, e das crianças em particular. Em decorrência destas condições, uma criança morta era substituída por outros e sucessivos nascimentos.

Antigamente, a criança não era compreendida, protegida, e nem obtinha o reconhecimento do seu lugar na sociedade. Ela era abandonada ou substituída por qualquer outra, sendo em alguns momentos, objeto de desprezo no âmbito familiar e social. Nesse período, não havia por parte da sociedade a consciência da individualidade e especificidade da criança.

De acordo com o historiador Ariés (*apud* CAMARGO, 2012) “[...] até os séculos XVII e XVIII, a criança era apenas a projeção do adulto em escala reduzida [...]”. Infelizmente, a infância nessa época não carregava consigo o sentimento de importância e de desenvolvimento que possuía.

Essa mudança só veio se iniciar por volta do final do século XVII e início do século XVIII, a infância começou a ter um reconhecimento que até então não tinha. Essa realidade pode ser observada quando Ariés (1998, p. 52) cita que “[...] somente a partir do final do século XVII, admite-se que a criança não estava preparada para entrar na vida adulta e que deveria, portanto, seguir um regime especial [...]”. Um

processo lento, mas que aos poucos se foi percebendo que a criança era diferente de um adulto e que precisaria ter uma atenção voltada para suas necessidades. Mesmo assim, ainda no século XVIII, a criança e a infância não tinham vez, nem voz.

No período da Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, a mulher foi inserida no mercado de trabalho, com o intuito de ampliar a mão de obra bruta. Houve registros de imagens que denunciam a criança trabalhando ou inseridas em atividades de trabalho. E foi neste período que a mulher então ganhou um novo espaço na sociedade, e se viu obrigada a ter que deixar os filhos aos cuidados de mães cuidadoras enquanto trabalhavam. Para solucionar este problema, foram organizados espaços afim de que mulheres pudessem deixar suas crianças:

[...] no século XVIII, a Revolução Industrial insere a mulher no mercado de trabalho, e por isso aumenta a necessidade de se ter um lugar para deixar os filhos. Logo, as creches começam a surgir como um espaço onde as crianças são “depositadas” para assim terem tempo e tranquilidade (RSCHULTZ, 2011, p. 6).

A creche, nesse cenário, tornou-se um espaço de atendimento às crianças filhas de mães trabalhadoras. Vistas como “depósito” de crianças, as creches assumiram por um longo tempo o papel de prover os cuidados básicos dos pequenos, pois seu objetivo era exclusivamente de garantir a alimentação, higiene, cuidado e sono. Essa ação reduzia o trabalho dos funcionários da creche e o resumia em serviço voluntário sem fins educativos, em relação à educação dessas crianças.

Com o passar do tempo, as primeiras instituições de atendimento à criança pequena no Brasil foram se fortalecendo. No século XIX, as creches eram reconhecidas na sociedade por desenvolverem um trabalho assistencialista, mesmo sem receber investimento do governo. Muitas delas sobreviviam com a ajuda financeira da própria sociedade civil. As instituições de atendimento à criança eram os lugares mais apropriados para as crianças permanecerem enquanto os pais estavam trabalhando, sendo vistas como um mal necessário.

No final do século XIX e início do século XX, ocorreram muitas mudanças referentes à educação, principalmente nos países da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, em 1932, o grande marco foi a suspensão do domínio da igreja sobre a educação, afirmando novamente a superioridade da classe predominante, a burguesia. Esse marco na educação foi chamado de “Manifesto dos Pioneiros da

Educação Nova” (CAMURRA, 2008, p. 03).

No Brasil, o atendimento à criança nas escolas ganhou força e passou a ter importância em meados de 1875 quando, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a aparecer as primeiras instituições de Educação Infantil. Estas eram diretamente inspiradas e norteadas pelas propostas do alemão Friedrich Froebel, colocadas no estilo privado justamente para receber de imediato as crianças ricas. A creche, por sua vez, acolhia as crianças pobres, filhas de mães trabalhadoras. As instituições de Educação Infantil dedicavam-se à tarefa de educar a criança, enquanto à creche, cabia a função de promover os cuidados básicos.

As primeiras escolas infantis no Brasil localizadas no Rio de Janeiro, tinham como finalidade o desenvolvimento de um trabalho, a partir das experiências pessoais vividas pelos sujeitos que a conduziam (OLIVEIRA, 2002). A procura pela creche não era objeto da população de renda mais favorecida, uma vez que a creche tinha um paradigma assistencial e emergencial. Desta forma, ao iniciarem as primeiras instituições infantis, seus idealizadores partiram do zero, com uma nova sugestão, totalmente desprendida do assistencialismo até então pré-estabelecido pela creche.

A preocupação com a educação dos pequenos foi tornando-se uma realidade para as crianças das classes abastadas. Enquanto as creches públicas eram incumbidas de cuidar da criança em suas necessidades básicas, os jardins de infância tinham por especificidade preparar a criança para o ensino fundamental, ou seja, educá-las.

Em 1970, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 determinou que a Educação Infantil fosse oferecida em maternais, jardins de infância e instituições equivalentes, mesmo que as empresas privadas oferecessem esse atendimento aos filhos de seus funcionários. Schultz (2011, p. 08) mostra que “[...] não houve estímulo para as empresas nem programas do governo para determinar que tipos de educação seria oferecida”. Com isso, nota-se que não havia interesse do governo em contribuir com propostas norteadoras de atividades com finalidades educativas.

Ainda nos anos 1970, as creches particulares distinguiram-se das creches públicas, acentuando a desigualdade social, uma vez que seu objetivo divergia do assistencialismo característico das creches públicas, pois atendiam crianças ricas de maneira específica, como nos mostra Ramos “[...] com o surgimento das creches

particulares com objetivos diferentes das creches públicas, assistiu-se a legitimação da diferença entre instituições para as crianças ricas e para aquelas crianças pobres” (RAMOS, 2006, p. 27).

Praticamente, o que se pode perceber aqui, é uma diferença acentuada desde o surgimento da instituição “creche”, que promoveu a distinção entre as instituições para as crianças ricas e crianças pobres, uma vez que o trabalho e seus objetivos eram desenvolvidos de formas diferentes.

Ressalta ainda, que havia uma preocupação entre as instituições voltadas para o atendimento das crianças ricas quanto ao desenvolvimento destas. Para que esse desenvolvimento acontecesse, as instituições baseavam-se na criatividade e no progresso do período da infância de 0 a 6 anos de idade. Já na creche, voltada para o atendimento das crianças pobres, não havia a mesma preocupação, pois, as atividades consistiam em uma visão assistencialista com a mera preocupação de garantia de condições essenciais do sustento tais como: refeições, banho e proteção contra os perigos que se encontravam na rua, já que a educação da criança não era vista como um direito de todos. Tais concepções estenderam-se até o final do século XX, estigmatizando a instituição “creche” como lugar que apenas cuida, provocando uma dicotomia entre as funções da creche e pré-escola. Esta última, vista como o lugar que educa.

Na década de 1980, houve um marco importante no tocante à garantia do direito da criança, pois foi o momento no qual a política do país passava por uma relevante mudança da ditadura militar para um governo democrático. Nesse mesmo período, aconteceram eleições municipais e estaduais que lançaram um olhar para as questões referentes à infância.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, aponta que o direito da criança e do adolescente vai além da educação, envolvendo também reflexão e prioridades no intuito de proteger integralmente esses sujeitos. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Após as lutas em prol de melhorias para a infância envolvendo a participação da sociedade civil e de organizações governamentais naquela época, conseguiu-se a

regulamentação desse direito. Essa conquista, dentre outras, seria um meio também de romper o preconceito estabelecido pela sociedade quanto à criança, mostrando o conjunto de responsabilidades que o adulto deveria ter para com esta.

As discussões e lutas travadas no final da década de 1980, desencadearam novas propostas e olhares no que diz respeito ao direito e educação da criança. Em 1990, outra Lei veio para reafirmar esses direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado em 13 de julho, regulamentou o cumprimento do direito à criança e ao adolescente, possibilitando um novo olhar ao atendimento à criança. Entendido como um importante avanço, esse Estatuto assegurou o que estava disposto na Constituição Federal de 1988, enfatizando o direito da criança de ter acesso à cidadania e a proteção integral.

As Leis mencionadas acima demonstraram um significativo avanço para os brasileiros, principalmente para as crianças, uma vez que a partir dessa garantia que as crianças passaram a ser percebidas como cidadãos de direito. A garantia da educação da criança como um direito, foi reafirmada posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - nº 9.394/96, que definiu a educação da criança pequena como primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996). Esta lei elevou a Educação Infantil a um lugar de destaque e procurou instaurar um novo e importante paradigma: a necessidade de cuidar e educar da criança pequena em ação conjunta com a família e com a comunidade em que ela está inserida. A ideia do assistencialismo, tão presente na primeira metade do século XX, que buscava apenas cuidar da criança pequena, é aqui apresentada com uma proposta que tem como finalidade a educação da criança de forma integral.

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDBEN 9.394/96, estabeleceram os princípios norteadores para o atendimento e a educação da criança, definindo-os como deveres do Estado em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios. Nesse contexto, a Educação Infantil se torna municipalizada. O termo Educação Infantil é compreendido como a primeira etapa da Educação Básica, anteriormente abrangendo crianças de 0 a 6 anos, subdividindo-se em: creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos). Porém, com a nova redação dada à Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil passou a ser destinada a crianças de até 5 anos de idade, como apresenta o artigo nº 29 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme a Lei nº 12.796 de 2013. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade

o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2013).

O artigo 6º desta mesma Lei, ainda define a obrigatoriedade em matricular a criança em uma instituição escolar a partir dos 4 anos de idade: “[...] é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 04 (quatro) anos de idade [...]”. A obrigatoriedade do ingresso da criança a partir de 4 anos de idade na Educação Infantil é, sem dúvida, mais um avanço, porém sinaliza o descaso com o atendimento com a faixa-etária de 0 a 3 anos que mais uma vez continua relegada a segundo plano.

Ainda que lentamente, assistimos às melhorias quanto ao atendimento educacional para as crianças, porém, mesmo com essas mudanças e lutas travadas, alguns direitos tais como o acesso e permanência a todas as crianças de 0 a 3 anos à creche, ainda precisam ser efetivados no século XXI.

A nova concepção para o trabalho nesta etapa da educação básica, pressupõe romper com o assistencialismo que antes estava tão impregnado à creche, e ainda promover ações que visem à aprendizagem integral. Ocorre que, grande parte das ações desenvolvidas em creches ainda contemplam a proposta do cuidar e educar de forma dissociada, esta perspectiva foi observada durante o estágio supervisionado. Este é sem dúvida um dos desafios que se impõe atualmente à Educação Infantil: o de superar as concepções assistencialistas de cuidar e percebê-lo de forma integrada ao educar. Apontaremos, a seguir, em que consistem as ações do cuidar-educar.

3 CUIDAR E EDUCAR DESAFIOS NO COTIDIANO DA CRECHE

Como vimos até aqui, a creche foi concebida ao longo do tempo, como uma instituição assistencialista. Em razão disso, as práticas nela desenvolvidas tendem a repetir o modelo que a sustentou por longo tempo, ou primam por um modelo escolarizante, no qual o ensino tem total primazia. Diante disso, nos perguntamos: Em que consiste as ações do cuidar e educar na creche? Como concebê-las de forma indissociável? O conceito de cuidar e educar no cotidiano da Educação Infantil não pode ser compreendido com um sentido fragmentado, pois o trabalho a ser desenvolvido com os pequenos deve ser voltado para a unicidade e

indissociabilidade dos mesmos. De acordo com Forest (2003), cuidar e educar: implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade (FOREST, 2003, p. 02).

Compreender o cuidar e o educar como princípio indissociável, é pensar ações pedagógicas voltadas para realidade da criança. É também, compreender esse tempo e espaço por ela vivido como um lugar de construção da sua identidade e autonomia. Mas afinal, o que significa educar no espaço da Educação Infantil?

Educar vem do latim *Education* e destaca-se no desenvolver das faculdades físicas, morais e intelectuais dos indivíduos indo em direção à preocupação com o intelectual, cognitivo, moral e social. É propiciar junto ao cuidar, maneiras que auxiliarão o aprendizado. Como dito por Leal (2010),

O educar tem um papel fundamental na Educação Infantil, pois na maioria das vezes vemos as crianças como seres indefesos e inocentes e, até mesmo incapazes, mas isso são formas errôneas de se ver as crianças. Ao contrário do que pensamos, elas são surpreendentes e capazes de ações e atitudes inesperadas pelo adulto; é por meio das capacidades de pensar, agir, sentir das crianças que o educar deve ser fortalecido cada vez mais desde a creche (LEAL, 2010, p. 3).

Quando pensamos sobre o cuidar no espaço da Educação Infantil, não podemos de maneira alguma reduzi-lo somente ao fato de estar atento à episódios que colocam em risco a integridade das crianças, ou em atividades como a alimentação, higiene e proteção das mesmas. O cuidar vai além da proteção, e de prover necessidades básicas. Compreender esta nova concepção, constitui-se um desafio a ser superado pelo professor. De acordo com o RCNEI (1998):

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998, p. 24).

Para que esse cuidado seja realmente efetivado, é preciso que a criança seja reconhecida em sua especificidade, pois, cada uma possui características e histórias únicas. No momento em que o educador se propõe trabalhar com crianças, deve levar em conta suas necessidades e características. Isso implica em conhecê-las mais profundamente para entender qual é sua cultura, família, entre outros, ou seja, compreender sua subjetividade.

Quando existe uma compreensão de que o cuidar e o educar no espaço da Educação Infantil não ocorrem em momentos compartimentados, é possível e necessário que o professor organize suas propostas intencionais e diferenciadas, de modo a atender às distintas demandas das crianças. O educador, ao procurar conhecer as crianças, suas necessidades, sua faixa-etária e o processo de desenvolvimento em que se encontra, compreenderá que tão importante quanto às práticas de proteção, são também as práticas de acolhimento, de escuta, de aproximação, que trarão sentido à aprendizagem da criança, ou seja, para educar é preciso cuidar e para cuidar, é preciso atenção aos contextos sociais das crianças e às diferentes infâncias.

A Educação Infantil, como observamos, é um espaço destinado ao atendimento integral da criança e não deve, portanto, ser entendido como local para trabalhar de forma segregada o cuidar e educar, ou, um lugar em que a criança deve ser simplesmente assistida por um adulto, mas um ambiente que proporcione à criança vivenciar situações de cuidado e educação, propostas por profissionais capacitados para promover o seu desenvolvimento. Entendemos que esta capacitação muitas vezes se coloca como algo desafiador.

Ao desenvolver as atividades pensando nos espaços disponibilizados pela instituição, é importante salientar que o professor nesse momento deve sim aproveitar os recursos pedagógicos existentes, mas ao mesmo tempo, levar em consideração as informações minuciosas do cotidiano da criança conquistadas no decorrer do seu trabalho, para que haja multiplicidade de experiências, tanto individual quanto em grupo.

Ao refletirmos durante a experiência do estágio curricular sobre a função do educador que atua no espaço da Educação Infantil, percebemos que há uma hierarquia em razão das atribuições desempenhadas por profissionais distintos que lidam diretamente com a criança: o professor e o monitor, também nomeado como auxiliar de sala, ajudante de classe, etc. Na maioria das vezes, as funções ditas

como “pedagógicas ou de ensino” são assumidas pelo professor que tem uma remuneração e uma titulação maior. As funções de cuidado como higiene, alimentação e sono, são exercidas pelo monitor/auxiliar de sala, que em grande parte não tem formação e que, portanto, recebe uma baixa remuneração.

Isso faz com que haja a separação do cuidar e do educar, e, ao mesmo tempo, reduz o trabalho a ser desenvolvido com as crianças, bem como os benefícios que essas ações em conjunto trarão para os pequenos de 0 a 5 anos de idade.

A existência dessas ações diferenciadas pelos profissionais no espaço infantil, está cercada por uma hierarquia decorrente dos níveis de formação, salários, e conseqüentemente, das atribuições individuais. Isso faz com que o trabalho seja compartimentado, resultando na divisão de tarefas entre o cuidar e o educar, evidenciando a lacuna existente, como nos mostra Cerisara (2002) em uma pesquisa realizada em torno do tema:

Em geral as professoras têm formação de 2º grau, recebem salário maior, trabalham menos horas por dia e são responsáveis pelas atividades tidas como “educativas”. As outras, independentemente da denominação que têm recebido (monitoras, atendentes, auxiliares de sala), não precisam sequer o 1º grau completo, recebem salários mais baixos, trabalham mais horas por dia e são responsáveis por empenhar as atividades relativas ao cuidado das crianças (higiene, alimentação, limpeza do ambiente, etc.) (CERISARA, 2002, p. 16).

Essa organização ou hierarquização existente entre a professora e a monitora, abre brechas para a divisão de ações que são realizadas no dia-a-dia das creches. Os profissionais com formação recebem salários maiores e realizam trabalhos direcionados ao educar. Esses por sua vez, dão prioridade exclusivamente ao cognitivo, a aprendizagem das crianças. Já o monitor/auxiliar de classe, desempenha a função do cuidar, ficando exclusivamente empenhado em manter as crianças limpas e cheirosas (higiene pessoal), bem alimentadas e incumbido de manter a limpeza do espaço no qual está inserido, reduzindo mais uma vez o seu trabalho às ações de limpeza e higiene e organização do espaço.

É importante que seja feita uma reflexão por parte dos professores e monitores que desenvolvem suas atividades, para que eles analisem se essa forma de organização tem de fato tornado eficaz e produtivo o cuidado para com as crianças. Essa reflexão contribuirá para que novas ações sejam colocadas em prática, e para que o trabalho a ser desenvolvido com as crianças seja compartilhado entre os

adultos que lidam diretamente com elas, tomando como base a qualidade das relações e a intencionalidade das práticas que são desenvolvidas.

Cuidar e educar envolve ações humanizadas, principalmente por parte do professor e do monitor, que estão a todo o momento em contato com a criança, tendo o papel de reconhecer as especificidades da Educação Infantil e o desafio de pautar sua prática numa ação compartilhada: quem educa, cuida e quem cuida, educa. As atividades de cuidar e educar escolhidas pelo professor devem ser amplas no sentido de compartilhar diversas possibilidades que venham oportunizar a vivência coletiva, para que as crianças possam se relacionar socialmente.

As crianças, nas suas diferenças e diversidades, são completas, pois têm um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar: um corpo produtor de história e cultura. Porém, para tornarem-se sujeitos precisam se relacionar com outras crianças e adultos (BARBOSA, 2009). Entendemos que nessa etapa de Educação Infantil, a criança por mais que já possua conhecimentos e carregue consigo uma história, ao chegar à instituição estará sujeita a ensinar o que sabe, tanto quanto aprender a partir da interação existente nesse ambiente. Com isso, não só o professor quanto à equipe pedagógica, e quando falamos de equipe pedagógica nós direcionamos desde aos funcionários que exercem a limpeza até aos que exercem a função do diretor, ou seja, todos que estão em contato direto ou indireto com a criança, precisam perceber a perspectiva do cuidar e do educar de forma integrada.

A ação do educar aliada ao cuidado, se traduz também na forma em que o professor prepara o ambiente para acolher a criança. Esse espaço deve ser organizado de modo que ela possa adquirir autonomia e segurança, do contrário, a colocará em possíveis riscos de se machucar, bem como de não alcançar a aprendizagem, tornando esse momento rotineiro e sem a devida qualidade.

O professor que intencionalmente cuida da criança, compreende a expressão e o olhar desta, sendo sensível às necessidades de ordem física ou emocional que a mesma carrega consigo. É importante que o professor, ao cuidar da criança, esteja atento e observe os detalhes apresentados no momento em que desenvolve as atividades, desde o momento do banho que pode propiciar o conhecimento e a aproximação à criança até os momentos de sono, refeição, brincadeiras, dentre outros. O cuidado não é compreendido somente nas ações que ocorrem com o corpo, mas sim, ao perceber as relações de afetividade que estão estabelecidas nas

práticas de cuidado como, por exemplo, quando o professor conversa com a criança no momento em que ela se machuca, ao lavar suas mãos, ao se preocupar se tudo está bem, se o sono está tranquilo. É de fato ter atenção e cuidado a este indivíduo em todos os momentos da rotina da creche.

É necessário que o professor estabeleça um contato respeitoso e alegre, estreitando os laços de amizade com as crianças, para que elas tenham liberdade e facilidade em expor suas necessidades, levando sempre em consideração suas experiências diárias que devem ser compartilhadas com todos que dela cuidam e educam, de forma indissociável.

4 O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS CRECHES

O papel do professor da Educação Infantil nas Creches com a propagação da Educação Infantil no Brasil, em que as instituições educacionais voltadas para a criança pequena apresentaram desde a sua iniciativa um caráter assistencialista, os professores desta modalidade de ensino traziam em si a função apenas de substituição e expansão da figura materna, como menciona:

[...] apesar da difusão das escolas de educação infantil ser bastante recente se consideramos nosso período histórico, elas vêm arraigadas nessas concepções de assistencialismo e de “substitutas” temporárias da família, sendo os professores colocados em um lugar de extensão da figura materna (PEREIRA, 2012, p. 20).

Superar esta concepção de extensão da figura materna ancorada ao papel do professor consiste no fato da Educação Infantil substituir o caráter assistencialista no qual se alicerçou, pelo caráter pedagógico, investindo tanto nas propostas pedagógicas e curriculares, quanto em formação dos profissionais que trabalham com essa faixa etária, tendo em vista que muitas pesquisas mostram que, ainda hoje, existem vários profissionais que não tem sequer uma formação escolar mínima para atuar nesta modalidade de ensino.

Partindo desta conjuntura textual e em função das constantes exigências previstas na Lei, torna-se necessário que este profissional da Educação Infantil tenha uma formação inicial concreta, ética, responsável e adequada à especificidade de seu exercício docente, como também permaneça em constante atualização das suas práticas educacionais.

Desse modo, destacamos a importância da função social do professor, partindo da sua formação social, destacando que, a formação inicial passa a ser um dos pilares importantíssimos para o exercício da docência, no sentido de contribuir para que o professor possa construir cotidianamente a sua concepção acerca do objetivo da profissão, ou seja, construir a sua identidade profissional.

Neste sentido, a “[...] formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor” (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p. 14).

Logo, a identidade profissional docente não surge do nada, é como prática social que se configura a profissão docente, na reflexão crítica da profissão em meio às realidades sociais, a fim de corresponder às necessidades e exigências das demandas as quais está inserido e que a comunidade escolar tanto almeja.

Este processo de formação deve, assim, atrelar-se aos conhecimentos, atitudes, caráter e valores presentes de forma inevitável nas próprias vivências, as quais tornam-se um reflexo significativo no fazer educativo.

“Todavia, não basta tão somente que os professores possuam apenas saberes, é imprescindível que tenham tanto saberes quanto competências, pois: Saberes são conhecimentos teóricos e práticos necessários para o exercício profissional, competências são as qualidades, capacidades, habilidades e atitudes relacionadas aos conhecimentos teóricos e práticos e que permitem o exercício adequado da profissão. (LIBÂNEO, *apud* SILVA E GUIMARÃES, 2011, p. 15).

Sendo assim, o professor enquanto profissional da educação, é um intelectual em processo contínuo de formação; necessita fazer da sua experiência prática, vivenciada cotidianamente por entre os muros escolares, a reflexão constante da sua prática docente com os saberes pedagógicos, pois “[...] é nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes, como *practicum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática” (PIMENTA 2000, p. 29). Sem esses saberes e competências, os mesmos continuarão vinculados ao seu mundinho pessoal e profissional.

Para tanto, Kramer (2005) contribui dizendo que a formação dos professores acontece em diferentes espaços e tempos, ou seja, na formação prévia do ensino médio, por meio dos conhecimentos específicos; na formação do ensino superior com os conhecimentos científicos relativos à infância; na formação política com os

movimentos sociais, fóruns, associações, etc.; na formação em cada escola, creches e pré-escola por meio de estudos, leituras e debates individuais e coletivos; na formação cultural através da experiência com a arte, literatura, música, teatro, biblioteca, etc., além de aprendermos com os mais velhos como também com as crianças.

A autora acrescenta ainda que “[...] a formação é necessária não apenas para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica. A formação é direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade” (KRAMER, 2005, p. 224).

Neste sentido, é preciso que a formação de qualidade dos profissionais da Educação Infantil abranja desde a dimensão social e cultural das crianças, valorizando os conhecimentos prévios que possuem quanto a particularidades da infância, esta sendo a essência da criança pequena, como alude Kramer:

[...] A formação de profissionais de educação infantil precisa ressaltar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, apontando para a possibilidade de as crianças aprenderem com a história vivida e narrada pelos mais velhos, do mesmo modo que os adultos concebiam a criança como sujeito histórico, social e cultural. Reconhecer a especificidade da infância – sua capacidade de criação e imaginação - requer que medidas concretas sejam tomadas, requer que posturas concretas sejam assumidas. A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, requer um profissional que reconheça as características da infância (KRAMER, 2005, p. 225).

A profissionalização dos professores da Educação Infantil deve atender a especificidade da criança, ou seja, “[...] deve considerar o fundamental da natureza da criança que é a ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para promover o desenvolvimento infantil” (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p. 14).

É a partir da ludicidade que os professores podem, por meio de observação, constituir uma visão dos processos de desenvolvimento da criança, tanto individualmente como grupalmente, registrando as capacidades linguística, social, afetiva e emocional que dispõem (BRASIL, 1998). O lúdico na Educação Infantil é tão importante quanto os conhecimentos específicos, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, pois possibilita a interação da criança com outros sujeitos, permite que a criança se aproprie de

conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo em que vive.

Trabalhar com criança pequena demanda, portanto, do profissional da Educação Infantil uma competência polivalente, esta significa que “[...] ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 41).

Tendo em vista que é na Educação Infantil que a criança exprime suas primeiras experiências, este profissional tem um papel importantíssimo nessa primeira etapa na vida da mesma, devendo assim, estar comprometido com sua prática educacional, sendo capaz de responder às demandas atinentes aos cuidados e aprendizagens da criança, quanto dos familiares, como também ser um mediador entre a criança e o objeto de conhecimento, como destaca o RCNEI (1998, p. 30):

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano.

Diante disso, a mediação pedagógica exercida na figura do professor, fundamenta-se na ampliação da cultura do sujeito, de modo que este possa intervir de forma crítica e atuante na sua realidade, como também refletir e transformar seu cotidiano por meio da interação com o outro (TOSCANO; CARDOSO, 2011).

Desse modo, o professor da Educação Infantil passa a ser, por primazia, um parceiro mais experiente, tendo a função de favorecer e garantir um ambiente rico, prazeroso, proveitoso e não discriminatório no ambiente educacional. Nesta perspectiva, o professor enquanto ser pensante e um profissional ético, deve, portanto, ter clareza da importância do seu papel em meio à sociedade, principalmente com aqueles ao qual o foco principal da educação é “o aluno”, como também, ter uma formação sólida sobre o profissional em que deve constituir-se.

Assim, o trabalho docente na Educação Infantil, torna-se de suma importância para a inclusão social e transformadora dos seres humanos, não devendo ser mediado de qualquer maneira e por qualquer pessoa, devendo, desse modo, ser valorizado em todas as instâncias.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa assume uma abordagem qualitativa, devido as nossas intenções em compreender um fato em sua amplitude, e gerar significados para a situação que pretendemos identificar por intermédio dos depoimentos verbais e descritivos que serão emitidos pelos participantes da pesquisa. Sobre isso, Maanen (1979) enfatiza que a pesquisa qualitativa:

[...] assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979 *apud* NEVES, 1996, p. 1).

Para tanto, o trabalho em referência consiste numa pesquisa de campo, o qual, de acordo com Gil (2009, p. 41), “[...] é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Segundo as autoras Gerhard e Silveira (2009, p. 37), “[...] caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”. Quanto ao tipo, a pesquisa é descritiva:

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas patronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2009, p. 42).

De acordo com o tipo de pesquisa abordado, escolhemos como procedimentos metodológicos de pesquisa e coleta de dados o questionário composto de questões abertas como também a observação. O questionário conforme Gil (2009, p. 116) “[...] consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”.

Segundo Severino (2007, p. 125) é um “[...] conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por

parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudos”, já a observação, “[...] é um procedimento fundamental na construção de hipóteses”.

Diante deste contexto, pretendemos analisar e discutir as respostas das educadoras envolvidas, no que se refere às questões sobre o papel do Professor da Educação Infantil bem como as suas Práticas Pedagógicas, e como estas estão sendo postas no contexto da Educação Infantil. Sendo assim, este tema reveste-se de grande relevância, pois diante dos inúmeros avanços em torno da educação das crianças pequenas, como por exemplo, as contribuições teóricas e os significativos avanços da legislação brasileira no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade em todas as instâncias, a realidade expõe um grande descompasso entre o que está na Lei e o cotidiano de muitas instituições infantis, em especial, no que aludem os profissionais e suas competências na Educação infantil.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Pretendemos, neste momento, analisar o que foi observado, ouvido e descrito a partir de um olhar atento às particularidades dos sujeitos envolvidos. Para tanto, buscaremos articular os dados coletados com o respaldo teórico que alicerça a presente pesquisa, com o objetivo de compreender o papel do professor da Educação Infantil na perspectiva do educar e cuidar. Sendo assim, a análise será realizada em três momentos: no primeiro, procuraremos compreender a partir da reflexão das professoras envolvidas na pesquisa como estas compreendem o papel deste profissional da Educação Infantil em torno do educar e cuidar. No segundo momento, procuraremos compreender não só como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas das professoras em questão, mas como estas profissionais compreendem suas práticas pedagógicas, se refletem antes, durante e depois sobre suas práticas e, por fim, procuraremos compreender como as professoras concebem os termos criança e infância na Educação Infantil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu refletir sobre elementos norteadores no que se refere à prática pedagógica desenvolvida no interior de uma instituição de Educação

Infantil e, sobretudo, a chamar à atenção para o grande desafio da Educação Infantil atualmente, que é justamente sobre o perfil de profissionais que atuam diretamente com a criança pequena, tendo em vista que muitos não possuem sequer uma formação escolar mínima para atuar nesta modalidade de ensino.

Para tanto, analisar a prática pedagógica desenvolvida no contexto educacional, não é uma tarefa fácil, uma vez que, as práticas de alguns profissionais de Educação Infantil parecem ainda apontar reflexos de práticas enraizadas por concepções alicerçadas no cenário histórico-social que se constituiu ao longo da história, como o caráter assistencialista e materno que se ancorou em sua origem, conforme mencionado na pesquisa.

Em face disso, lançamos na pesquisa algumas perguntas que foram nos guiando no decorrer do trabalho, como: Qual o papel do professor (a) da Educação Infantil mediante o exercício pedagógico? Como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil? E, como os educadores compreendem a problemática do educar e cuidar em torno da Educação Infantil? Para refletir sobre tais questões, foi preciso partir para a prática cotidiana da Creche pesquisada para compreender, naquele contexto, como tais práticas eram desenvolvidas no cenário educacional com as crianças pequenas.

Percebemos, durante as observações, haver um grande descompasso entre os discursos das professoras e a prática pedagógica desenvolvida por elas no cenário educacional, e que as mesmas não possuíam uma compreensão alicerçada do papel do professor da Educação Infantil, acentuando tal função aos aspectos do cuidado e proteção à criança, como também, associando-os a outros ofícios, além de vincular a função do professor à inserção social da criança, este, relacionado à assistência e o amparo da sociedade perante a criança.

Como também, não compreendiam a importância da rotina no cotidiano educacional (esta, devendo ser planejada e organizada), além de não planejá-las perante as atividades cotidianas com as crianças, devido ao fato de não terem a plena consciência do valor que tem o planejamento escolar, este se configurando como um meio para a ação docente, uma tarefa indispensável ao professor, um momento íntimo e peculiar de pesquisar, refletir e programar o fazer docente, o que se constitui como um ponto negativo na prática educacional com a Educação Infantil.

E, em relação à compreensão das professoras sobre a problemática do educar e cuidar em torno da Educação Infantil, foi possível percebermos que

algumas educadoras concebiam o binômio educar e cuidar de forma dicotômica, desenvolvendo em suas práticas pedagógicas a separação entre o educar e o cuidar, por quanto que para as crianças, não existia esta distinção de quem cuida (monitor) e educa (professor), sendo para elas todas entendidas como “tias”.

A articulação do referencial teórico com os dados coletados na pesquisa mostra que, apesar dos inúmeros avanços em torno da educação das crianças pequenas, como as grandes contribuições teóricas e os significativos avanços da legislação brasileira no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade desde o seu nascimento, a realidade expõe um grande descompasso entre o que está na Lei e o cotidiano de muitas instituições infantis, em especial, no que aludem aos profissionais e suas competências no magistério, principalmente a questão da formação inicial de qualidade das educadoras da Educação Infantil.

A formação inicial sólida que visa à compreensão dos profissionais sobre a especificidade do exercício docente, da função do professor mediante a criança pequena, torna-se hoje um grande desafio, ou seja, preparar esse profissional de forma qualificada que conceba a criança em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional e social. Tendo em vista que a compreensão do exercício docente consolida-se não só na formação inicial e contínua do docente, mas durante a sucessiva reconstrução de sua identidade pessoal e profissional do ser professor, da reflexão crítica da profissão e da prática social exercida em ofício, além dos saberes, atitudes, caráteres e valores presentes nas próprias experiências individuais, tornando-se significativo o saber e o fazer educativo.

Portanto, concluímos esta etapa com o desejo e anseio de que novas indagações acerca do papel do professor da Educação Infantil, mediante a perspectiva do educar e cuidar seja mais estudada e pesquisada, pois verificamos que, apesar dos diversos trabalhos acadêmicos em torno desta linha de estudo e dos vários avanços da legislação brasileira, ainda são poucos os registros que têm o propósito de verificar como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas das profissionais no contexto educacional das instituições de Educação Infantil.

Um trabalho docente consciente e reflexivo em torno da educação da criança pequena, torna-se de suma importância para a inclusão social e transformadora dos seres humanos, para o pleno exercício da cidadania, não devendo ser mediada de qualquer maneira e por qualquer pessoa, devendo sim, ser valorizada em todas as suas instâncias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. **Infância e Educação infantil**: aspectos históricos, legais e Pedagógicos. Revista Aleph Infâncias, ano V, n. 16, p. 9, 2011.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: Rotinas na educação infantil/ Maria Carmen Silveira – Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, Volume 1º, 1998**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **A educação infantil nos países do MERCOSUL: análise comparativa da legislação / Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. -- Brasília: MEC/SEB, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: 2006

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 47

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Série Educação a Distância, Porto Alegre, editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: atlas, 2009

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. In: PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, Maria C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**- Artigo, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em jul

de 2013.

KUHLMANN JR., Moisés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, Maria C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line- Artigo**, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em jul de 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / José Carlos Libâneo. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. Série formação do professor).

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; SAITO, Heloisa Toshie Irie. Elementos essenciais na prática pedagógica na Educação Infantil e seus desdobramentos. 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4542_2930.pdf. Acesso em: set 2013.

MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da silva; DRAGO, Rogério. Concepções de Infância e Educação Infantil: um universo a conhecer. In: KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005, p. 133.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa- Características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, nº 3, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

O ECA nas Escolas: Perspectivas Interdisciplinares / Luciana Calissi, Rosa Maria Godoy Silveira (Org.). João Pessoa: ed. Universitária da UFPB, 2013, 4 v. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016937.pdf>. Acesso em: 02 de dez 2013.

PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, Maria C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line- Artigo**, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em jul de 2013.

PEREIRA, Karine Ribas. **A que papel o professor de educação infantil vem sendo convocado? Aspectos do desenvolvimento da criança frente a escolarização**. Porto Alegre/ RS 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49814/000850610.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 agostos 2013.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente. 2ª**. Ed. SP: Cortez, 2000. Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação / Sônia Kramer (Org.). São Paulo: Ática, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fernanda Costa Fagundes. GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: CUIDAR OU ENSINAR? UM NOVO OLHAR**. 2011. Disponível em:
[http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM\[1\].pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM[1].pdf).
Acesso em: 04 agosto 2013.

TIRIBA, Léo. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005, p. 66 a. 86.

ANEXOS

Entrevista com os (as) Profissionais de Educação

PERGUNTA 1: A creche consegue cumprir a função que se propõe?

Sim

PERGUNTA 2: Como as crianças vivenciam o dia-a-dia na instituição?

Tentamos adequar brincadeiras, tarefas e deveres para que eles vivenciem de forma prazerosa, e aparentemente conseguimos.

PERGUNTA 3: As instalações da creche são satisfatórias?

Não

PERGUNTA 4: Significativo às crianças?

Sim, poderia ser melhor para ambos, crianças e profissionais.

PERGUNTA 5: Interesses e necessidades das crianças?

Interesses e necessidades é que a crianças se desenvolva dentro das possibilidades que a creche oferece.

PERGUNTA 6: Creche como complemento à família?

Sim, tentamos ser um complemento ou uma extensão positiva da família.

PERGUNTA 7: Que limites dificultam seu trabalho?

Para um profissional de creche não tem limites que dificultam, você tem que amar estão ali, os limites são superados.

PERGUNTA 8: Os profissionais têm Formação em Pedagogia?

Sim

PERGUNTA 9: Qual a relação entre cuidar e educar?

Ambos, um precisa do outro, ao cuidar você educa

PERGUNTA 10: Qual a importância do cuidar e educar?

Do cuidar é que a criança desenvolve em si o autocuidado, essa primeira fase de armazenamento, tudo que for passando, ele absorve e tem que ter cuidado como você está educando.

PERGUNTA 11: Como o professor pode articular o cuidar e o educar?

A articulação parte de cada instituição, coordenador e professor discute junto uma melhor maneira de atender seu público.